



ATA DA QUADRAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA GERÊNCIA-EXECUTIVA DO INSS EM PIRACICABA

Data : 25/08/2009

Horário: 9h

Local : Sala de Reuniões da GEX Piracicaba

I – PRESENCAS CONSELHEIROS

Representantes do Governo

Maria Sílvia Bueno de Oliveira Cordeiro dos Santos – Gerência Executiva – Presidenta

Clarêncio Vitti – Serviço de Benefícios – titular e suplente da Presidência

Maria Elizabeth Kalil – Receita Federal do Brasil Delegacia de Piracicaba – Suplente

Representantes dos Trabalhadores

Olívia Brossi – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Piracicaba e Região – Titular

Ivanice da Silveira Santos – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Limeira – Suplente

Wagner da Silveira – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Piracicaba, Rio das Pedras e Saltinho – Suplente

Representantes dos aposentados e pensionistas

José Jair Azzi – Associação dos Aposentados e Pensionistas de Piracicaba e Região Eclética - Suplente

CONVIDADOS

José Carlos Duarte – Coordenador do CEREST Rio Claro

Gilberto de Camargo – Sindicato dos Bancários de Limeira

Marina Modesti Resende Costa – Serviço Social INSS Piracicaba

Ecléa Spiridião Bravo – Reabilitação INSS Piracicaba

II - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Maria Armanda Micotti – Procuradoria Especializada de Piracicaba – Titular

Luiz Alberto da Câmara Grau – Seção de Saúde do Trabalhador – GEX Piracicaba

Cynthia Pereira Prada – Receita Federal do Brasil Delegacia de Piracicaba – Titular

João Carlos da Silva - Associação dos Aposentados e Pensionistas de Piracicaba e Região Eclética – Titular

Maria Inês Belon Schinor – Associação dos Aposentados e Pensionistas de Limeira e Região – Titular

Sílvia Ester Barbosa Cordasso – Associação dos Aposentados e Pensionistas de Limeira e Região – Suplente

III – AUSÊNCIAS NÃO JUSTIFICADAS

Representantes do Governo

Izabel Lima de Queiroz Silvani – Serviço de Benefícios – Suplente

Francisco Carvalho Arruda Veiga – Procuradoria Especializada – Suplente

Representantes dos trabalhadores

João Donizete da Silva – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico de Limeira e Região – Titular

Representantes dos empregadores

Francisco Carlos Turcci – Associação Comercial e Industrial de Piracicaba – Titular

Márcia Fagundes – CIESP Piracicaba – Suplente

IV - ABERTURA

Às nove horas, verificou-se a existência de quorum e Maria Sílvia Cordeiro dos Santos, cumprimentando a todos os presentes, abriu a reunião.

V – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

A ata da XLIII reunião ordinária deste CPS, ocorrida em dezesseis de julho de dois mil e nove, enviada previamente por correio eletrônico, foi aprovada sem observações ou restrições, em sua íntegra.

VI – APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA

1. Informes Gerais
2. Agenda da Reabilitação
3. Comportamento e Atitudes dos Funcionários no atendimento da APS Piracicaba

VII – ORDEM DO DIA

1. Informes Gerais

Maria Sílvia fala sobre a licitação realizada pelo INSS para folha de benefícios. Agora a situação



inverteu: os bancos irão pagar ao INSS para realizar o pagamento dos benefícios. A partir de janeiro de 2010, se os aposentados não indicarem uma conta corrente, o banco vencedor da licitação recebe o crédito dos novos benefícios, concedidos a partir de 01/01/2010. Na região de Piracicaba o banco vencedor foi o Mercantil do Brasil, pagando por cada benefício R\$ 1,62. O segundo colocado dessa licitação foi o banco Bradesco com o valor de R\$ 1,61. A partir da implantação desse novo formato de pagamento dos benefícios se identificará as possíveis inconsistências.

Outro informe da presidência é sobre o acordo bilateral que está sendo assinado nesta semana nos Estados Unidos pelo Secretário Executivo do INSS. A previsão é que o mesmo beneficie 1,3 milhões de brasileiros residentes naquela país e os 30 mil americanos que residem no Brasil.

As ações regressivas indenizatórias são individuais e não coletivas. Os procuradores trabalham para indenizar o INSS na despesa gerada por segurado acidentado. Para um relatório mais completo o CEREST de Piracicaba subsidia o Ministério Público, autor do mesmo.

Estatísticas do 135: cerca de 1,4 milhão de ligações semanais.

Olívia Brossi destaca que dessa quantidade 50% correspondem a retrabalho, informações errôneas.

Elizabeth Kalil fala sobre a fiscalização preventiva. Uma ação fiscal que analise as imperfeições no controle do risco. Nas ações fiscais do passado verificava-se o equipamento para ver prováveis riscos, agora as alíquotas mudaram em função do risco.

Deveria existir uma ação conjunta das três áreas: saúde, previdência e trabalho.

Eclea Bravo destaca que desses três, a maior responsabilidade é do INSS, que possui o maior banco de dados sobre o assunto. A ação regressiva é uma grande medida, entretanto é pontual e trata de casos individuais. A Previdência não pode atuar sozinha e o Ministério do Trabalho não tem um controle tão eficaz como deveria.

Ivanice Santos levanta a questão da estabilidade no emprego superior ao atual período de até um ano, como uma importante garantia para todos os acidentados.

Elizabeth Kalil lembra que essa ação seria paliativa, o que se deve lutar e trabalhar é por um ambiente saudável, empresas investindo na educação, em ginástica laboral, por exemplo.

Eclea Bravo avalia que trabalhar a prevenção é o melhor caminho.

Maria Sílvia prossegue com os informes falando sobre a emissão de 6 milhões de estratos anuais, a partir de 21/08/09. Fala sobre as ações do Programa de Educação Previdenciária desta gerência que trouxe novamente para a região o palestrante Paulo César Andrade Almeida para falar sobre Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário em duas ocasiões: dia 20/08 no SENAC Piracicaba e dia 21/08 no Anfiteatro da Prefeitura Municipal. Essas ações atingiram cerca de 200 pessoas.

Na região da baixada santista houve uma força-tarefa que prendeu 32 pessoas, com um rombo estimado em 5 milhões. Havia um perito do INSS envolvido.

Sobre a invasão do prédio de 2 mil metros quadrados de Limeira pelos sem teto, Maria Sílvia informa que o prédio servia de arquivo, guardando dossiês, armários, 400 estantes, material da Receita Previdenciária (atual Receita Federal do Brasil). O prédio possui vigilância física durante o dia e eletrônica durante a noite e ainda está incluído no contrato de limpeza. Ela expõe o histórico do prédio, que a princípio seria Central de Documentos da Previdência de Piracicaba (Arquivo Central) para atender necessidade das unidades que estão sem espaço físico para arquivo. Para esse objetivo o prédio exigiria uma reforma orçada em 1 milhão de reais. Com esse valor é possível construir um prédio no terreno ao lado da Gerência. Então optou-se por colocar o prédio a venda. Após a avaliação da Caixa Econômica Federal, entre 3 e 4 milhões, o prédio foi para a lista de imóveis para desmobilização. A Prefeitura de Limeira encaminhou ofício mostrando interesse na compra. Como na ordem de prioridades a esfera federal está na frente, o Ministério das cidades relacionou dois imóveis desta Gerência em uma lista de 216 imóveis, sendo um terreno em Conchal e o referido prédio de Limeira. O dinheiro dessas vendas se revertem na expansão da rede que no estado de São Paulo somam, no interior, 100 novas APS e, na grande São Paulo, mais 50 agências.

A gerente apresenta o Mapa Estratégico e o Plano de Ação do INSS para os conselheiros.

2. Agenda da Reabilitação

A conselheira Ivanice Santos fala sobre os casos dos trabalhadores que após serem reabilitados são considerados pelas perícia capazes para o trabalho, apesar de permanecerem com a doença. A partir da reabilitação não há espaço para o trabalhador nem na empresa e tampouco no INSS.

A convidada Eclea Bravo explica que o processo de reabilitação é um processo dependente da conduta pericial. Houve casos de peritos que deram alta no decorrer do processo de reabilitação. É preciso se ter claro que o médico perito não é um médico reabilitador. O perito é autônomo e por uma questão ética e de direito tem que se respeitar a decisão pericial. A reabilitação não é uma perícia comum. A reabilitação não é uma perícia comum. A concepção de reabilitação não está estabelecida dentro da realidade pericial. Exemplifica com problemas sérios nesse sentido ocorridos em Limeira, com altas precoces. Há uma política interna que determina a redução dos períodos de afastamento. Houve uma recente mudança na estrutura do INSS – com a criação de uma Diretoria de Saúde do Trabalhador e agora não se sabe, ainda, a quem reportar questões ligadas à reabilitação profissional.

Ivanice Santos relata que a Dra. Eclea foi reavaliar um local de trabalho e considera ponto fundamental ir além da doença. Ter uma medicina do trabalho atuante, negociando com a empresa o retorno desse trabalhador.

Wagner Silveira levanta a questão sobre a empresa alegar que não tem local de trabalho adequado para o trabalhador e mesmo assim a perícia determina sua volta.

Eclea Bravo esclarece que a reabilitação esbarra em questões técnicas. Há cursos oferecidos pelo SENAI/ SENAC que exigem uma escolaridade mínima. A previdência não pode segurar segurados que estão dentro dessa impossibilidade técnica e o perito tem essa visão.

Wagner da Silveira questiona porque não existe um acompanhamento da volta desse trabalhador a empresa.

Eclea Bravo fala das restrições da equipe: 2 orientadoras profissionais e uma estagiária para atender 500 casos somente em Piracicaba. Então não há como acompanhar caso a caso, o que seria o ideal. As empresas recusam sistematicamente. O PPP é solicitado por rotina. O estudo do posto de trabalho deveria ser na própria empresa, mas com essa equipe reduzida não tem como ir. Sugere que algumas intervenções em defesa do trabalhador podem ser realizadas pelo sindicato. Os sindicatos deveriam cobrar melhorias no ambiente de trabalho, provocar e criar demandas no Ministério do Trabalho.

Maria Sílvia fala que as recém contratadas assistente sociais: 2 para Piracicaba; 1 para Araras; 1 para Gerência; 1 para Rio Claro; 1 para Limeira e 1 para Capivari. Essas profissionais vieram para operacionalizar o Benefício de Prestação Continuada da LOAS. Em um mês já conseguiram acabar com os represados que existiam dessa espécie. Assim que se estabelecer um gráfico da concessão dos benefícios da LOAS, tem-se a proposta dessas profissionais completarem seu expediente nas atividades da reabilitação profissional, fortalecendo a equipe desta.

Olívia Brossi fala da importância de uma boa orientação profissional, citando o caso de uma bancária com lesão que iniciou curso de Ciências Contábeis dentro de sua reabilitação profissional, o que iria agravar seu problema.

Eclea Bravo esclarece que há orientação para a escolha, entretanto a decisão fica a critério do reabilitado. Fala da reestruturação da reabilitação com a implantação do Sistema de Reabilitação nas APS. Hoje tem intenção voltada para reabilitação, processo a ser corrigido. Questão pericial é um entrave atual e essa concepção nova de reabilitação tem que chegar até peritos.

1. Comportamento e Atitudes dos Funcionários no atendimento da APS Piracicaba

O Conselheiro Wagner da Silveira enfatiza que há um grande esforço no atendimento da APS Piracicaba no sentido de melhorar o atendimento prestado, entretanto percebeu nos últimos tempos, atitudes por parte um único funcionário que são caracterizadas por grosseria. A princípio parece que ele não atende e um questionamento simples sobre senha dirigido para o referido funcionário, registra-se seu nome Mário Jorge Ferreira obteve uma resposta inadequada e grosseira que constrangeu a todos os presentes.

Maria Sílvia esclarece que houve uma reunião com o chefe da APS Piracicaba justamente para tratar essa questão específica. O servidor reclama que a senha que possui no atendimento não é



o seu perfil e se recusa a atender. A Gerência Executiva já está com procedimentos em andamento para visando atenuar essa situação.

VIII – OUTROS ASSUNTOS

O convidado José Carlos Duarte fala sobre relatório de Acidentes configurado pelo SUS que elimina uma série de problemas como a perda do cartão e abrange toda a área de atuação do CEREST-Rio Claro. Conforme esse relatório vai se configurando, as inconsistências vão aparecendo.

Os conselheiros falam sobre o preconceito da Perícia em aceitar CAT que não seja emitida pela empresa. O NTEP não está valendo na prática. Em Limeira, houve de aplicação do NTEP para dois casos de bancários, conforme relato da conselheira Ivanice Silveira Santos.

Clarêncio Vitti retoma a questão do conselho emitir uma moção nº 24 que recomende alteração da Lei que exige $\frac{1}{4}$ do salário mínimo de renda per capita dos integrantes da família para concessão do BPC / LOAS, que será aprovada com essa ata na próxima reunião ordinária.

A conselheira Elizabeth Kalil pergunta ao conselho se na nova portaria de formação haveria necessidade de manter a representatividade da Receita Federal do Brasil, haja vista, que na Resolução 1304 de 10/12/08 os quatro representantes do governo federal podem ser servidores da Divisão ou Serviço de Benefícios ou de Atendimento ou da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS da Gerência Executiva, ou de representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil ou de representante da DATAPREV. Os conselheiros decidem que a participação da Receita é de fundamental importância e votam em unanimidade por sua permanência no mesmo.

O conselheiro José Jair Azzi fala sobre o reajuste dos aposentados que foi negociado pela CUT. Destaca que essa entidade possui subsídio para seus trabalhadores, prejudicando os aposentados das demais categorias que não possuem esse subsídio. Para quem se aposenta acima do salário mínimo, em 10 anos vê seus rendimentos caindo para a metade. Os projetos passam pois a categoria não possui uma entidade única que a represente e lhe conceda força de negociação. Somente no estado são 200 associações de aposentados com estrutura.

IX – DEFINIÇÃO DA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO DIA 24/09/2009 (esta data ficou assim definida, devido diversos impedimentos para realizar a reunião na terceira quinta-feira do mês, como de costume):

1- Apresentação das novas indicações para composição do Conselho

VI – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a presidenta deste plenário e presidenta deste Conselho, Maria Sílvia Bueno de Oliveira Cordeiro dos Santos agradeceu a presença de todos e declarou encerrada, às 12h, a XLIV Reunião Ordinária do Conselho de Previdência Social de Piracicaba.

Piracicaba, 25 de Agosto de 2009.

Maria Sílvia Bueno de Oliveira Cordeiro dos Santos
Presidenta do CPS